

GESTÃO. Ações mais impopulares devem gerar clima de insatisfação

Pacto com a União deve refletir na eleição 2018

Adoção de medidas mais duras preocupa governadores

NIVIANE RODRIGUES
REPÓRTER

Nem mesmo governadores e secretários sabem ao certo o que está contido no projeto de ajuste fiscal que foi batizado de pacto logo que anunciado e imposto pelo governo federal aos estados. Para uma parcela significativa dos chefes de executivo estadual não há qualquer acordo com a União que obrigue os estados a cortarem ainda mais na carne do que já vêm fazendo desde que assumiram o cargo. É o caso do governador de Alagoas, Renan Filho (PMDB), que afirma e reafirma já ter feito a economia necessária para evitar que o Estado mergulhe na bancarrota.

Os demais governadores do Nordeste seguem na mesma linha. Rejeitam o pacto e temem que medidas drásticas de contenção de gastos engessem as gestões estaduais. Temem, também, que o efeito das medidas respingue diretamente nas urnas em 2018, quando a maioria disputará a reeleição.

Poi o que ficou claro nas falas quando eles se reuniram em Recife (PE), no último dia 25, e decidiram elaborar uma carta, a ser enviada ao presidente Michel Temer, onde vão detalhar as medidas de ajuste fiscal já aplicadas desde janeiro de 2015. Consideram que não dá para fazer e querer, num pacote completo, enquadrar todos os Estados. Em troca, teriam os valores das multas da repatriação, mas o dinheiro não é o suficiente para evitar que candidaturas fiquem na berlinda caso as medidas consideradas impopulares, como o corte de 20% de cargos comissionados e congelamento de salários de servidores por dois anos, sejam aprovadas.

“Não dá para fazer um pacote único para os 27 Estados do Brasil. São situações diferentes. O pacote do Rio de Janeiro não é o pacote de Alagoas. Nós não estamos na situação do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais. Quando eu assumi o governo eu cortei 30% dos cargos em comissão. Ai agora o governo federal decide que tem que cortar mais 20% para acessar os recursos da repatriação, ai seriam 50% a menos de cargo em comissão. Nós não temos mais como cortar”, afirmou Renan Filho em recente entrevista.

ANÁLISE POLÍTICA

Na quinta-feira passada, 1, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reafirmou que os governadores aceitaram o acordo, com alguns ajustes. Governadores reafirmam que não há nada definido. É neste cenário político-econômico que os chefes de executivo tentam evitar uma crise com o governo federal e ao mesmo tempo se protegerem de uma ameaça real às suas candidaturas.

Para fazer a avaliação do que pode representar um pacto como este para quem busca a reeleição em 2018 e a quase batalha travada desde que o go-



JOSÉ FEITOSA

RENAN FILHO
GOVERNADOR

“Quando eu assumi o governo eu cortei 30% dos cargos em comissão. Ai agora o governo federal decide que tem que cortar mais 20%”



ALTON CRUZ

LUCIANA SANTANA
CIENTISTA
POLÍTICA

“Os governadores querem ter condições de fazer um bom governo nos próximos quase dois anos”

verno federal anunciou a extensão da PEC dos Teto dos gastos para os estados, principalmente com os governadores do Nordeste, a **Gazeta** ouviu a doutora em Ciência Política e coordenadora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Luciana Santana.

“Esse posicionamento dos governadores nordestinos é importante de ser feito para que o governo compreenda que a proposta econômica, por mais bem intencionada que seja, possui equívocos e o principal deles é inserir em um mesmo pacote todas as áreas, sem considerar o que é investimento e não gasto, e todas as regiões e estados brasileiros como se a realidade política, econômica e social fossem as mesmas”, ela afirma.

E diz que “quer queira ou não, os governadores também querem, com essa posição, ter condições de fazer um bom governo, nos próximos quase dois anos, para terem condições competitivas em 2018, seja para disputar a reeleição ou outro cargo. Para que isso seja possível é necessário ter recursos e condições econômicas que os viabilizem eleitoralmente”.

A **Gazeta** questiona se estaria havendo um descompasso entre os chefes de executivos, o presidente Temer e sua equipe econômica, ou isso faria parte de uma estratégia política entre eles. Luciana Santana responde: “A situação econômica em cada Estado é muito particular, tanto que temos estados que já decretaram estado de calamidade, alguns estão nesse caminho, outros conseguindo fechar as contas no limite. Esse descompasso tem mais relação com o pacto federativo brasileiro e as condições político-econômica e social de cada estado do que unicamente desse ajuste fiscal”.

AMEAÇA À REELEIÇÃO

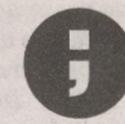
Na avaliação da especialista, os governadores podem, sim, vir a ser penalizados nas urnas. “A crise econômica atual agravou a situação e tornou-se emergencial que alguma política fosse adotada para evi-

tar desastres econômicos maiores”, afirma Luciana Santana, ao dizer que “o ponto a ser enfrentado, no entanto, é que a proposta não considerou as especificidades regionais e não definiu, a priori, que determinadas áreas não poderiam ser objeto do ajuste, tais como saúde, educação e desenvolvimento social. São essas áreas prioritárias para o Nordeste e que, nos últimos anos, têm definido muitas das escolhas políticas feitas pelos eleitores da região. Acredito que essa seja um dos receios dos governadores, se o corte ocorrer nessas áreas eles poderão ser penalizados nas urnas”.

A cientista política foi questionada, ainda, sobre a reação dos governadores do Nordeste em não aceitarem o pacto como está definido em Brasília, mas manterem as ações no Supremo Tribunal Federal (STF) para receber os recursos da repatriação.

“São temas diferentes, não é possível vinculá-los. Os governadores vão manter os acordos fiscais já firmados, mas desejam que a realidade de cada estado seja considerada pelo presidente e pelo ministro da Fazenda. Esse é um tema. Quanto à repatriação, já há uma liminar que garante o depósito em juízo e pelo definido na Constituição, as multas devem ser repartidas entre estados e municípios. Quanto a isso, não vejo motivo para que os governadores se posicionem diferente ou retirem as ações no STF. Não sei se o governo vai entender essa atitude como enfrentamento, não deveriam, até porque outros estados de outras regiões do país também têm a mesma posição que os governadores do Nordeste. Os estados e municípios precisam dos recursos, a crise atinge a todos”, afirma Santana.

E finaliza afirmando não ver a posição tomada pelos governadores como enfrentamento dos gestores nordestinos. “Vejo muito mais como a marcação de uma posição legítima, afinal o Nordeste tem sido a região mais estratégica eleitoralmente nos últimos pleitos eleitorais e não será diferente em 2018”, ela conclui. ●



Queixas

Governadores estão insatisfeitos com as imposições do governo Temer para que possam acessar recursos da repatriação



Cortes

A contenção de recursos em áreas sociais, como saúde e educação, podem ter reflexo nas urnas